

JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA



Serviço Nacional Justiça e Não-Violência - SERPAJ BRASIL SDS - Edifício Miguel Badya - Bloco L, N.º 30, S.312 - Brasília - DF 70.000 - Tel. (061) 225-0738

Boletim N.º 06 - 1988 - Editado pelo núcleo de Florianópolis Cx. Postal 3367 CEP 68.300-50

Militar com justiça é ter consciência política



O pior analfabeto é o analfabeto político.

Não lê, não ouve, nem participa dos acontecimentos políticos e sindicais.

Não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, da luz, dos remédios, dependem de decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito, dizendo que odeia a política e os políticos.

Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o burguesão, o menor abandonado, o assaltante, o bandido policial e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, sabugo, omissor, adesista, corrupto e lacaios de capitalistas nacionais ou multinacionais.

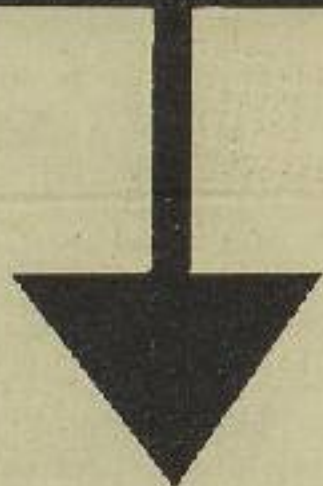
REAGE

Bertold Brecht
Dados do IBGE: O Brasil é o quinto produtor mundial de alimentos, mas 40 milhões de brasileiros são subnutridos.

BRASIL, RECORDISTA OLÍMPICO EM:



Seção de Cartas USE E ABUSE



EXPEDIENTE

Yone Maria Perassa
Fátima Regina Cruz
Maria de Fátima D. de Araújo
Cida Dantas
Cida Freitas
Paula e Landa
Jesus M. Jimenez

Hoje, às 15:30 hs, efetivos da Polícia Militar, Civil e da própria Polícia Federal invadiram a sede da Secretaria Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Imperatriz, Maranhão.

Cerca de 40 policiais, fortemente armados e fazendo ameaças, usaram todo tipo de violência contra as pessoas que se encontravam no local. Além de destruírem e apreenderem livros, jornais, revistas e documentos do movimento sem terra, sem qualquer mandado judicial, ainda levaram presos o funcionário do movimento, Edvaldo Ferreira da Silva, e mais seis pessoas que ali se encontravam. Segundo telefonema recebido às 16 hs, alguns policiais foram embora, escoltando os trabalhadores, enquanto os demais permanecem na Secretaria do MST. As linhas telefônicas foram cortadas.

A Executiva Nacional do MST protesta veementemente contra mais este ato de arbitrio e prepotência da polícia maranhense contra uma entidade legalmente estabelecida. Tal atitude acontece porque é escudada pela ação omissa do ministro da Justiça, Paulo Brossard, e do governador maranhense, Epitácio Cafeteira.

Pedimos a todas as entidades que se manifestem, enviando telegramas de protesto ao Ministério da Justiça e ao governo maranhense.

EXECUTIVA NACIONAL/MOVIMENTO TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

São Paulo, 22 de agosto de 1988

Para Attenir
Serviço Nacional de Justiça e Não Violência
A/C INESC
Brasília - DF

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE DE URGÊNCIA

No dia 19 de agosto, à tarde, cerca de 40 homens da Polícia Militar, Civil e Federal, fortemente armados, invadiram a sede da Secretaria Estadual do Movimento Sem Terra do Maranhão, localizada na cidade de Imperatriz.

Aposaram-se de documentos, livros, desligaram o telefone, e prenderam para averiguação as seis lideranças de trabalhadores rurais que foram soltas no outro dia após os interrogatórios e interferência de advogados.

Esta atitude relembra os tempos da ditadura militar, que se esperava passados. Pedimos a todos companheiros que mobilizem entidades e amigos, que se manifestem enviando telegramas de repúdio, ao ministro Paulo Brossard, ao governador do Maranhão, e enviem também mensagens de solidariedade aos companheiros do movimento sem terra do Maranhão.

Secretaria Nacional/Movimento Sem Terra.

Grupo justiça e não violência de São Leopoldo

Companheiros!

Em nossa última reunião, realizada aos 17 dias do mês de agosto do corrente, foram realizadas as eleições anuais para a secretaria do grupo. Enviamos esta para informar vos que a nova secretaria do grupo ficou assim constituída:

Coordenador: Nilson Millech

Secretário: Elton Pothin

Tesoureiro: Allan Krahn

Esperando encontrar todos firmes na luta, despedimo-nos fraternalmente.

Elton Pothin - secretário

O Governo Sarney está aplicando a total submissão do Brasil às normas do imperialismo, representado pelo FMI, que tem como objetivo aprofundar o arrocho salarial, demitir milhares de funcionários públicos, privatizar as estatais mais importantes, além de cortar os gastos com saneamento básico, saúde e educação.

Em consequência, cresce assustadoramente a miséria, o desemprego e a fome no país, condenando milhares de brasileiros a extremas necessidades.

No plano político ocorre a transição conservadora onde o governo concentrou todo

seu poder sobre a Constituinte para garantir mais um ano de mandato para Sarney, fazendo ameaças a constituintes e incríveis negociações envolvendo cargos e até concessões de rádios e televisões.

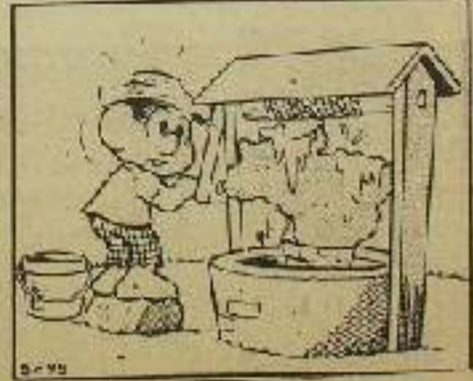
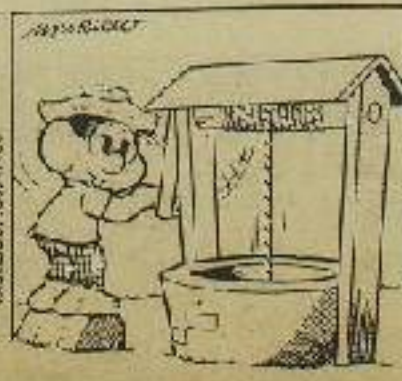
A solução para os problemas que estrangulam o país, como a dívida externa, a reforma agrária e o papel das Forças Armadas, ficaram inalterados ou retrocederam.

Em Santa Catarina, o Governo do Coronel Pedro Ivo tem estado em perfeita sintonia com a política nacional. A campanha de desvalorização e desmoralização do Servidor Público tem sido constante, para que nossas rei-

vindicações não encontrem respaldo na população. O arrocho salarial a que estão submetidos os servidores públicos é imenso, e nós os trabalhadores das fundações, só não estamos em situação pior devido à lei federal que obriga o governo a continuar pagando as URPs. Mas, esta situação tende a se agravar na medida que a inflação já atinge índices superiores a 24% e a URP repõe apenas 17%.

Com tudo isto, só nos restam poucas alternativas: acordar, se informar, se mobilizar e ir à LUTA.

OSNILDO VIEIRA FILHO
Professor — Fpolis



Solo Urbano — Especulação e Conquista

O Solo Urbano é o problema principal dentro da ampla e complexa Questão Urbana. Não pode, no entanto, ser compreendido, senão em consonância com todo processo de marginalização da classe trabalhadora brasileira. O rápido processo de industrialização imposto no país elevou-nos ao status de 8ª economia do mundo. Porém, a distribuição da renda nacional é a mais absurda do planeta. Enquanto 1% mais ricos ficam com 16,9% do PIB (Produto Interno Bruto), os 50% mais pobres ficam com 12,6% deste. Isso nos coloca em 50º lugar no mundo em bem-estar social. Em torno de 70% da população ativa brasileira recebe até 5 salários mínimos. Ora, todas compreendem que tal soma, numa economia instável, onde a inflação real é praticamente imprevisível, não pode sequer ser levada em conta para adquirir um espaço e uma moradia na cidade, pois mal proporciona uma sobrevivência alimentar. Tudo isso faz parte da política econômica que privilegia o acúmulo de capital com base no empobrecimento das maiorias.

Para entender melhor a questão urbana, é preciso não esquecer a situação fundiária. O latifúndio, presente desde as Sesmarias de Martim Afonso de Souza, além de continuar se expandindo, entrou na Era (para não dizer Ditadura) da Modernização, dispensando mão-de-obra humana e atirando-se nos grandes e médios centros, desprovido de qualquer qualificação. Não bastasse isso, a política agrícola do governo descapitaliza e inviabiliza o pequeno proprietário, fazendo com que saia do campo e tente sobreviver na cidade. É assim que em 1950 vivia 30% da população na cidade e hoje 71% dos brasileiros já vivem na cidade. Deste modo, o solo urbano vai ficando cada vez mais disputado e o capital latifundiário mais favorecido.

Ao lado do crescimento violento do latifúndio se registra uma urbanização desordenada. Diferente de crescimento é um inchamento (crescimento doentio) da cidade, onde as áreas que oferecem grande risco são sub-habitadas pelos migrantes. São milhares as famílias que são afuniladas para a dramática vida de viver nas médias e grandes cidades, sem chão e sem moradia. Só em São Paulo este número ultrapassa a casa de 1 milhão. No país todo chegam a 10 milhões. No município do Rio de Janeiro existem cerca de 400 fave-



las. E 30% de toda população do município vivendo em favelas. Por mais dúbias que as estatísticas possam parecer, o crescimento da miséria urbana é evidente e crescente. Em Fpolis, o CA-PRUM (Centro de Apoio e Promoção do Migrante) cadastrou a chegada de 670 pessoas somente entre os meses de março e julho de 1988. Isso somente as que passaram pelo Centro devido a sua situação de miséria extrema. Portanto, o favelamento é um processo nacional conduzido com punhos de ferro pela política voltada aos interesses do latifúndio e da grande empresa nacional e multinacional.

O processo de favelamento faz parte do projeto que o Capitalismo tem para a cidade. Assim como o trabalhador, a cidade também é vista como mercadoria. O "Chão de Morada" torna-se mercadoria

da especulação imobiliária. Produzem-se, assim, grandes vazios urbanos ao lado de áreas superpopulosas e por isso sub-habitadas, isto é, sem infra-estrutura, uma vida precária. Quanto maior for a infra-estrutura ao redor das áreas, maior é o interesse da especulação, pois a infra-estrutura é um investimento público (pago pelo povo) que eleva vertiginosamente o valor do Solo Urbano, tornando-se para os especuladores um investimento altamente lucrativo. Explica-se, portanto, que aproximadamente 60% das terras em Salvador, 60% em Belo Horizonte, 57% em Porto Alegre, 62% no Rio de Janeiro, 48% em São Paulo, estejam atualmente ociosas. Essa retenção das terras, para fins especulativos, juntamente com a concentração da infra-estrutura e dos serviços urbanos, caracteriza um processo de urbanização segregador e marginaliza-

dor, que priva o trabalhador do seu chão, ou o expulsa para áreas desvalorizadas, isto é, distantes do mercado do trabalho, sem infra-estrutura básica e serviços essenciais.

Em meio a esse quadro desastroso, a classe trabalhadora encontrou nas ocupações a forma mais eficiente para conquistar na cidade um espaço para morar. Mesmo com a forte articulação da direita (UDR e UDU são as principais), as ocupações cresceram em ritmo acelerado pelo Brasil afora. Só na região de São Miguel, em São Paulo, onde chega a 60,8% a terra vazia com fins especulativos, foram feitas 235 ocupações em 3 meses. Em Porto Alegre centenas de Unidades em conjuntos Habitacionais prontos mas vazios foram ocupadas por famílias de forma organizada. Além disso, já existe a nível nacional uma organização de favelados que pensam propostas e pressionam mudanças com vistas a uma eficiente Reforma Urbana. Isso sem falar da organização crescente das pessoas em loteamentos clandestinos e irregulares, dos quais não vou tratar nesta abordagem.

A luta pelo Solo Urbano é um dos desafios mais difíceis para a classe trabalhadora. Mas ao mesmo tempo é tarefa inadiável. Difícil, por ser um "recrutar a cidade", embatendo-se com toda a máquina de exploração Capitalista na figura dos seus cães de guarda, ou seja, os aparelhos estatais, empresariais e jurídicos. Inadiável, porque a classe trabalhadora não suporta mais a violência de construir a cidade como operário e ser excluído dela como cidadão. O ideal de uma cidade nova, humanizada e socialista requer com urgência a unificação dos seus movimentos e das suas pessoas para a luta contra o inimigo comum: o Capitalismo selvagem. A democratização do solo Urbano é uma luta de todos os homens de bom senso, isto é, dos trabalhadores enquanto classe consciente de sua opressão e marginalização. Por essa consciência somos conclamados para a revolução, ou, como diz Che Guevara: "Sobretudo, sejam sempre capazes de sentir profundamente qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo".

Sentir para unir, unir para lutar, lutar para vencer e vencer para viver mais e com todos.

Darcísio Schafaschek
(Comissão do Solo Urbano-Fpolis-30)

Companheiros chilenos: parabéns pela vitória sobre a ditadura. Não à Pinochet!

Relação do Conselho

Relação do CONSELHO NACIONAL
eleito em 23/07/88 - Gama - DF

COORDENADORES

- ALTEMIR LABES (RS) - RG 3r/1.242.539
- MARIANA BEZERRA SOARES (CE) - CUC 3833410183-49
- MARCO ANTÔNIO GONÇALVES (SP) - RG 16.638.826

MEMBROS DO CONSELHO NACIONAL

- MARIA ANÁLIA DA SILVA (PB) - RG 545.340
- RAIMUNDA BARBOSA DA SILVA (SP) - RG 14.939.895
- MARIA DE LOURDES MACHADO GAIO (DF) - RG 503.794
- MARIA CÍCERA ALVES DA SILVA (SP) - RG 14.229.150
- TÂNIA REGINA ZAMBERLAM (RS) - RG 2014588983
- NORBERTO CHEMIM (RS) - RG 13/R1.153.890

CONSELHO REPRESENTATIVO NACIONAL eleito em 23/07/88 - Gama - DF

CRITÉRIO GEOGRÁFICO

- MARIA ROSA PRANDI (MS)
- IVONE MARIA PERASSA (SC)
- FRANCISCO ANTÔNIO COMERLATTO (RS)
- ONOFRE BORGES (GO)
- PEDRO DE ASSIS GAIO (DF)
- ANTÔNIA LIMA BARRO (PA)
- JOAQUIM LOPES FRAZAO (AM)

CRITÉRIO MILITÂNCIA NÃO-VIOLENTA

- MARINETE DE BRITO BRASIL (SP)
- VERONIKA LIND (BA)
- MARIA AUXILIADORA CARDOSO DA SILVA (PE)
- RICARDO WANGEN (RS)
- SALVADOR PIRES (SP)

OBS.: Nordeste I, Nordeste II e São Paulo escolherão seus representantes (para o Conselho Representativo) nos seus respectivos regionais e enviarão os nomes posteriormente.

Brasília, 29 de julho de 1988

ALTEMIR LABES

Coordenador Nacional

MARCO ANTÔNIO GONÇALVES

Coordenador Nacional

ESTATUTO

Alteração de Estatuto conforme Assembleia realizada na Cidade de Gama (DF) nos dias vinte e dois, vinte e três e vinte quatro de mil novecentos e oitenta e oito.

CAPÍTULO I

Da Denominação, fins, sede

Art. 1º — O Serviço Nacional Justiça e Não-Violência — Serpaj-Brasil, com sede e foro na Capital Federal (DF) — SDS-Edifício Miguel Badya De L, nº 30, sala 312 — Brasília, é uma sociedade civil e filantrópica com prazo de duração indeterminada e sem fins lucrativos, congregando pessoas e entidades que optam pela ação não-violenta ou firmeza permanente, na construção de uma sociedade baseada na justiça e na fraternidade.

Art. 2º — O Serviço Nacional Justiça e Não-Violência — Serpaj-Brasil, poderá atendendo às necessidades do movimento, criar núcleos em outras regiões do País.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 3º — Os sócios do Serviço podem ser fundadores, efetivos ou honorários:

I — são fundadores os que houverem comparecido pessoalmente ou por procuração à assembleia de constituição, desde que aprovelem o estatuto e que seus nomes sejam referendados por dois dos subscritores da convocação para a fundação do Serviço;

II — são efetivos os que ingressarem posteriormente, apresentados por dois sócios referendados pelo grupo municipal ou instância superior, tendo como critério fundamental a militância não-violenta;

III — são honorários os que tiverem prestado relevantes serviços à comunidade nacional ou internacional, visando a construção de uma sociedade, baseada na justiça e na fraternidade.

Art. 4º — Todo sócio deve comprometer-se com a concretização e aprofundamento da ação não-violenta, nas relações familiares, no trabalho e na sociedade.

Art. 5º — Todo sócio poderá:

I — votar, desde que admitido até seis meses antes das eleições;

II — Ser votado, desde que seja sócio fundador ou tenha ou mais de um ano de inscrição ou, com menos de um ano, caso sua indicação seja aprovada pelo Conselho Deliberativo Nacional ou Conselho Representativo.

Art. 6º — Todo sócio deve pagar as contribuições que estiver sujeito.

§ Único — Os sócios não respondem, mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III

Da Administração

Art. 7º — A administração será exercida pelo Conselho Nacional e pelo Conselho Representativo.



DESARMA

Art. 8º — SUPRIMIDO.

Art. 9º — SUPRIMIDO.

Art. 10º — O exercício de qualquer cargo do Conselho Nacional ou no Conselho Representativo será gratuito.

Art. 11º — O Conselho Nacional aprovará um regimento Interno.

§ Único — Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Nacional e referendados pelo Conselho Representativo.

Art. 12º — Dois coordenadores representarão a Sociedade em juízo ou fora dela.

Art. 13º — Compete sempre a dois coordenadores o recebimento dos valores que se destinam ao fundo social e sua movimentação.

Art. 14º — SUPRIMIDO.

Art. 15º — SUPRIMIDO.

CAPÍTULO IV

Das Assembleias

Art. 16º — SUPRIMIDO.

Art. 17º — O Conselho Deliberativo Nacional se reunirá trienalmente:

I — para apreciar as atividades e as contas do Conselho Nacional.

II — Para eleger o e o Conselho Nacional e o Conselho Representativo para o mandato de três anos.

§ Único — O Conselho Deliberativo Nacional instalar-se-á em primeira chamada com o quórum de 25% de seus membros; em segunda convocação, uma hora mais tarde, com qualquer número.

Art. 18º — Compete ao Conselho Deliberativo Nacional em reunião extraordinária, deliberar acerca de alteração do Estatuto.

o Nacional e estatuto



AR O MUNDO PARA ALIMENTAR OS POVOS

e de eventuais matérias relevantes.

§ Único - A modificação do Estatuto exigirá a presença e o voto de dois terços dos integrantes do Conselho Deliberativo Nacional.

CAPÍTULO V

Do Patrimônio

Art. 19º - O patrimônio do Serviço Nacional Justiça e Não-Violência-SERPÁJ-BRASIL será constituído de bens móveis e imóveis, além das contribuições dos sócios, de doações e legados. As compras ou alienações, cujo valor seja acima de duzentas Obrigações do Tesouro Nacional, devem ser aprovadas pelo Conselho Representativo.

§ Único - O Serviço Nacional Justiça e Não-Violência-Serpaj-Brasil se dissolverá, se for inviável o seu objetivo, por decisão do Conselho Deliberativo Nacional, convocado expressamente para esta finalidade, caso em que seus bens serão destinados a uma entidade congênere.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 20º - Os grupos municipais serão compostos de número indeterminado de membros filiados ao Serviço Nacional Justiça e Não-Violência-Serpaj-Brasil, tendo uma diretoria executiva composta de no mínimo três integrantes.

Art. 21º - Cada grupo municipal elegerá um delegado e o seu coordenador para formar o Conselho Deliberativo Estadual.

Art. 22º - Cada Estado que tiver organizado o seu Conselho Deliberativo Estadual, escolherá uma Diretoria Executiva composta no mínimo de três membros escolhidos pelo Congresso anual Estadual de todos membros filiados ao Serviço Nacional Justiça e Não-Violência-Serpaj-Brasil no Estado ou Região, com mandato de um ano e direito a uma reeleição.

Art. 23º - Nos encaminhamentos dos problemas surgidos a nível municipal e estadual, vale o princípio da subsidiariedade.

Art. 24º - O Serviço Nacional Justiça e Não-Violência - Serpaj-Brasil terá como órgão máximo, soberano e eletivo o Conselho Deliberativo Nacional que será formado por um representante de cada grupo constituído e do Conselho Nacional com direito a um voto; a partir da fundação dos Conselhos Deliberativos Estaduais, os mesmos terão direito a um representante por Estado ou Regional. O surgimento de novos grupos serão acolhidos por aprovação do grupo mais próximo (Não necessariamente no sentido geográfico) e do Conselho Deliberativo Nacional.

§ Único - As reuniões do Conselho Deliberativo Nacional serão ordinárias ou extraordinárias, ambas convocadas pela maioria do Conselho Nacional do Serviço Nacional Justiça e Não-Violência - Serpaj-Brasil ou pela maioria do Conselho Repre-

sentativo, as ordinárias deverão ser convocadas por edital em jornal de grande circulação nacional e no Boletim do Serviço com trinta dias de antecipação e as extraordinárias serão convocadas com quinze dias de antecedência.

Art. 25º - O Conselho Deliberativo Nacional referendará entre os membros do Serviço Nacional Justiça e Não-Violência-Serpaj-Brasil, um Conselho Representativo Nacional, eleitos pelos regionais levando em conta o critério geográfico e a militância não-violenta.

§ Único - Este Conselho Representativo discutirá sobre problemas ou questões de interesses nacionais que tiveram que ser resolvidos durante o mandato do Conselho Nacional.

Art. 26º - O Conselho Nacional será composto de nove membros, tendo três coordenadores nacionais.

Art. 27º - Além das alterações dos artigos 1,2,7,10,11 e seu parágrafo único, 12,13,17 item I e II e o seu parágrafo único, 18 e seu parágrafo único, 19 e seu parágrafo único, 20,22,24 e seu parágrafo único, 25 e seu parágrafo único, 26, fica suprimido o artigo 15 e passa a vigorar o artigo 28 no presente Estatuto.

Art. 28º - Em todas decisões do Conselho Deliberativo Nacional serão necessários dois terços de votos dos delegados presentes.

Brasília, 24 de Julho de 1988

Altamir Labes

Coordenador Nacional

Marco Antônio Gonçalves

Coordenador Nacional

Em tempo: ESTATUTOS aprovados conforme ATA de fundação datada de 21/04/78, registrada sob o nº 3108 em 19/7/78, ALTERADO pela ATA datada de 14/5/83, registrada sob o nº 12.088 anotado à margem do registro nº 10.708 em 08/06/83 e pela ATA datada de 06 a 08 de julho de 1984, registrada sob o nº 15.318, anotado à margem do registro nº 12.088 em 06/08/84, Artigo 25º alterado pela ATA 13 de julho de 1986, registrada sob o número 21.286 anotado à margem do registro número 15.318, Registro Civil das Pessoas Jurídicas - 2º Cartório, situado à Rua Três de Dezembro, nº 23 - Cidade de São Paulo-SP.

Confere com os originais:

Altamir Labes

Coordenador Nacional

Marco Antônio Gonçalves

Coordenador Nacional

Vocês sabiam que...

No dia 6 de agosto de 1988 o mundo assinala o 43º aniversário da Bomba de Hiroshima.

Bomba esta lançada pelos EUA há 43 anos atrás na cidade de Hiroshima-Japão.

Setenta e cinco mil pessoas foram mortas no momento da explosão, no dia 6 de agosto de 1945.

No memorial da PAZ em Hiroshima está escrito em placa de granito nomes de 152.650 pessoas que morreram sob o efeito da bomba até 1986.

O nome de 4.475 pessoas, que morreram no ano passado, também já estão escritos.

A maioria das pessoas morreram de câncer ocasionado pela radiação liberada na explosão.

Três dias depois da tragédia em Hiroshima foi lançada outra bomba atômica no país, na cidade de Nagasaki, matando 70 mil pessoas.

No dia 15 de agosto de 1945, o Japão anuncia a sua rendição incondicional, marcando o fim da guerra.

Quarenta e três anos após a destruição de Hiroshima pela bomba atômica ainda continuam a ser desenterrados restos mortais das cerca de 130 mil pessoas que morreram devido à explosão.

E QUE

O Brasil é o nono maior vendedor de armamentos do mundo, e o oitavo fornecedor mais importante para os países do mundo, e o oitavo fornecedor mais importante para os países do chamado Terceiro Mundo.

O Brasil vendeu, em 1987, US\$ 369 milhões, pouco mais de 10% do que vendeu a indústria bélica francesa, a terceira maior exportadora mundial.

Aproximadamente 88% do resultado brasileiro pertence a uma única empresa, a Paulista Avibrás, que abastece o Iraque e Arábia Saudita com seus veículos porta-foguetes terra-terra do tipo Astros-2.

De acordo com o Sipri (Instituto Internacional de Investigações para a Paz) o país que mais vendeu armas no ano passado foi a União Soviética US\$ 12,2 bilhões — e o segundo maior foram os Estados Unidos US\$ 10,9 bilhões.

Juntos, os dois dominaram 67,7% do mercado internacional de armamentos.

O Brasil só perdeu nas vendas de armas para soviéticos, norte-americanos, franceses, ingleses, alemães ocidentais, chineses, holandeses e suecos. Em termos de exportação, a indústria nacional está à frente das

suas concorrentes da Tchecoslováquia, Israel, Espanha, Egito e Canadá.

O Brasil ocupa uma posição relativamente modesta como importador de armamentos.

E apenas o 14º na lista dos países compradores do Terceiro Mundo, tendo gasto US\$ 428 milhões no ano passado. O mais importante comprador de armas é a Índia. Em 1987, conforme o Sipri, houve 36 guerras — número igual ao de 86 (declarado o Ano Internacional da Paz).

Também em 1987 se caracterizou por um aumento das provas nucleares. Em fevereiro do ano passado, a União Soviética reiniciou os testes, dando fim a uma moratória de 19 meses. O número de explosões nucleares, que foi de 35 em 1985, 23 em 1986, subiu para 47 em 1987. (dados FSP 7/8 e 10/8/88)

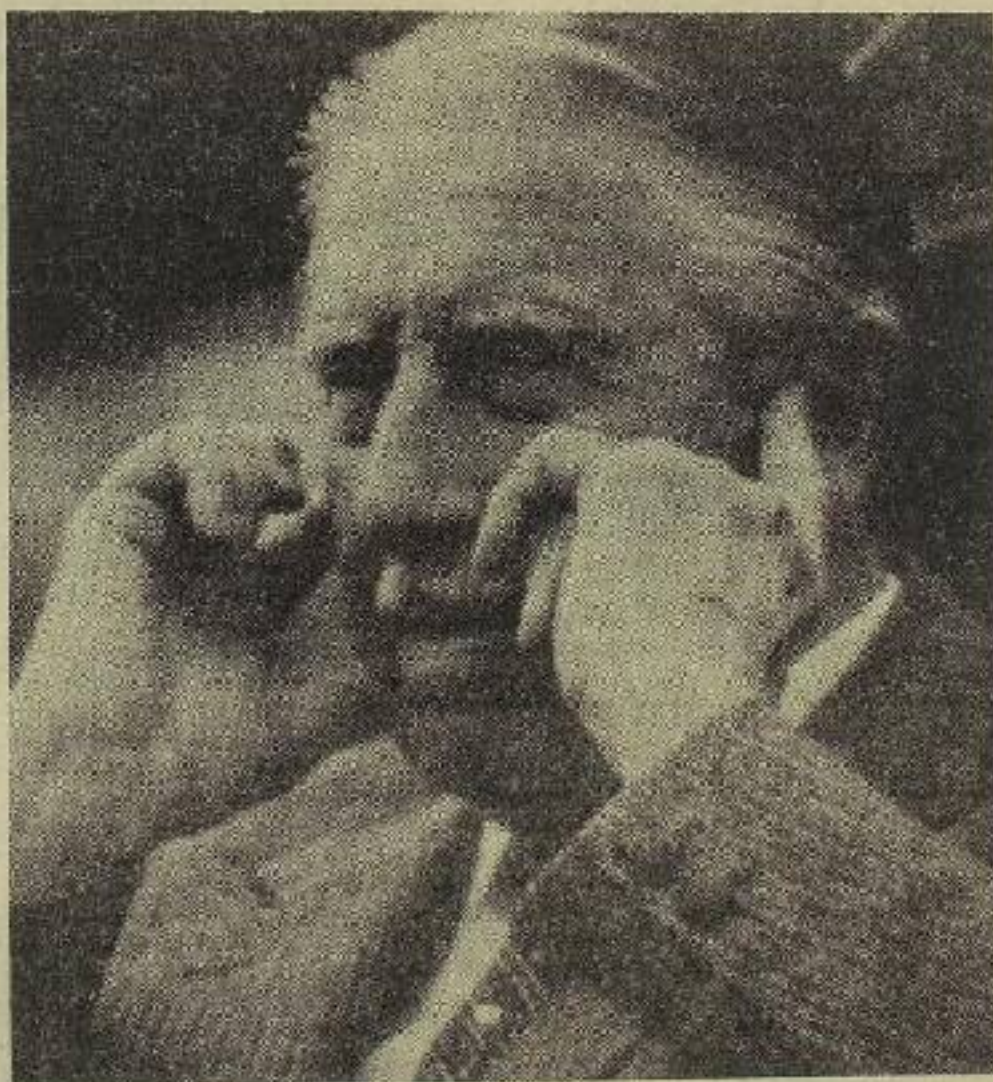
Chile diz não à Pinochet

As massas chilenas, esmagadas por uma ditadura que aplica "exemplarmente" o modelo do FMI, com suas mobilizações e organizações, dizem NÃO a Pinochet.

O empenho com que a ditadura militar adapta a economia chilena às necessidades do pagamento da Dívida Externa — o que mostra qual é a "melhor" forma de governo para o imperialismo nos países dominados — é responsável pela piora das condições de vida do povo chileno e pelo processo de desnacionalização crescente da economia. No primeiro trimestre de 1988, enquanto o lucro de 95 maiores empresas subiram em 100%, os salários não ultrapassaram a marca de 1,8%. Em 1969, 550 mil pessoas tinham orçamento familiar que não era suficiente para suprir as necessidades alimentares básicas. Em 1986, este número atingia os 3,5 milhões de pessoas. Hoje, mais de 5 milhões entre os 12 milhões de chilenos não conseguem satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência. Este é o resultado da subordinação aos ditames do FMI. E é contra eles que as massas chilenas retomam a ofensiva, num quadro de conjunto da América Latina, onde em países como por exemplo o México, Peru, Argentina e o Brasil, há agudização e o aprofundamento das iniciativas das massas o que está colocando.

É neste quadro que um artifício da ditadura militar para se legitimar — o plebiscito convocado para 5 de outubro — joga o papel de uma rachadura na comporta de um poderoso rio repressado.

A mobilização pelo não, a despeito dos planos conciliadores de setores que integram o Comando



pelo Não (particularmente do Partido Democrata Cristão), adquire do ponto de vista das massas chilenas e sentido de pôr abaixo a ditadura militar. O acordo feito entre os 16 partidos que integram o Comando, prevê a abertura de negociação com as Forças Armadas após o plebiscito, funcionando como um preventivo à perda de controle da situação a partir da ofensiva das massas. Já se discute inclusive a perspectiva de um candidato único das oposições — capita-

nando pelo PDC — caso vença o Não. Sob este aspecto, é possível traçar um paralelo com o papel jogado em particular pelo PMDB em 84 no movimento das diretas, no sentido de disciplinar e conter o movimento das massas.

De acordo com a Constituição dos Militares, que prevê o plebiscito, caso vença o não, as eleições para presidente seriam convocadas em um ano e o que quer dizer que Pinochet teria mais um ano

e meio de poder) e seriam controladas pela ditadura militar.

As amplas mobilizações, que levam às ruas centenas de milhares de chilenos com choques e enfrentamentos com a polícia de Pinochet, está ligada à luta por eleições livres e diretas e pela derrubada da ditadura militar.

Sete milhões e meio de chilenos inscreveram-se para votar. A ditadura controla o plebiscito e a possibilidade de fraude é evidente. Pela primeira vez na história chilena, soldados e sargentos poderão votar. Não é nenhuma veleidade democrática de Pinochet. Vários testemunhos dão conta de ameaças que os soldados estão sofrendo pressionados para votarem sim e, assim, ampliar as chances de a candidatura Pinochet ser referendada.

Uma pesquisa recente indica que 47% dos pesquisados votam Não a Pinochet, contra 19,6% que optaram pelo sim. É evidente que a vitória do Não vai significar um golpe na ditadura militar chilena. Mas o controle do plebiscito, as intimidações e a fraude podem "eleger" Pinochet como o presidente até 1997. Por isso, independentemente do resultado oficial do plebiscito, o que resalta na situação política chilena é a mobilização e a reorganização política das massas que abrem uma crise na ditadura militar chilena.

Como no México "do PRI", Salinas, o herdeiro empesado pela fraude, vê ruir o poderoso controle que exercia sobre o país, 15 anos depois do sangrento golpe chileno, a ditadura de Pinochet vê vazar suas comportas.

Missa Boito

Boletim — O TRABALHO 11
OUT/1988

Objeção e consciência: Faça essa campanha

Artigo 143 da nova Constituição Federal do Brasil: O Serviço Militar é obrigatório nos termos da lei. § 1º — As Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

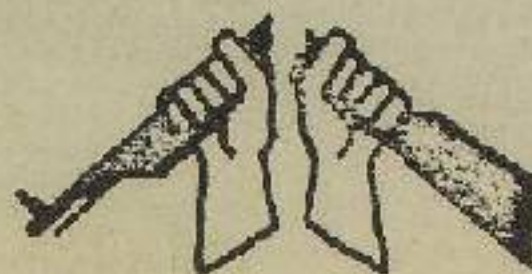
Agora, o Serviço Civil Patriótico é um direito legal, como alternativa ao serviço militar. Este foi o resultado de grande luta do Serviço Nacional Justiça e Não-Vi-

lência, SERPAJ-Brasil. Não foi exatamente como desejamos, mas foi mesmo assim uma grande vitória.

Entretanto, neste momento a luta deve ser redobrada para que esse direito seja amplamente divulgado e passe a ser exercitado. As Forças Armadas estão investindo muito em propaganda e publicidade para conquistar a juventude e garantir o seu contingente de pessoal.

Portanto, cabe a cada um dos militantes do SERPAJ-Brasil a tarefa de divulgar e esclarecer da forma mais criativa e eficaz possível sobre o Serviço Civil Patriótico.

DESARMAR O MUNDO



PARA ALIMENTAR OS POVOS

O ideal de Gandhi em relação à Índia

O sonho de Gandhi fora sempre criar uma Índia nova capaz de dar à terra inteira o exemplo vivo dos seus ideais morais e sociais.

Gandhi opunha-se ferozmente a todos os que pretendiam que o futuro da Índia dependia da sua capacidade de imitar a sociedade industrial e tecnocrática do Ocidente que a colonizara. Combatia quase todos os sistemas enraizados nessa idéia. A salvação da Índia, afirmava, reside pelo contrário "na sua capacidade de desaparecer o que descobriu nos últimos cinquenta anos". A Ciência não deve comandar os valores humanos, assim como a técnica não deve reger a sociedade; a civilização não é a multiplicação indefinida das necessidades do homem, mas antes a sua limitação deliberada a fim de permitir a todos dividir o essencial. A civilização ocidental concentrará o poder nas mãos de uma minoria à custa dos interesses do maior número.

Existia aí um benefício contestável para os pobres do Ocidente, e uma real ameaça para as populações do mundo subdesenvolvido.

Gandhi queria construir a sua Índia nova sobre as quinhentas mil aldeias, facetas inumeráveis desse país que ele conhecia e amava, uma Índia liberta da

tecnologia, uma Índia voltada para Deus, medindo a passagem das estações pelo ciclo das suas festas religiosas, os lustros pela recordação das secas, os séculos pelo espectro das suas fomes terríveis. Queria que cada aldeia se tornasse uma entidade autônoma capaz de produzir a sua alimentação e vestuário, capaz de instruir os jovens e curar os doentes. Proclamando que "muitas guerras podiam ter sido evitadas na Ásia graças a uma tigela de arroz suplementar", procurava constantemente novos gêneros aptos a alimentar os componentes indianos famintos.

Reclamava o fechamento das fábricas têxteis e a sua substituição pela doação individual a fim de dar trabalho aos desempregados das aldeias e criar atividades suscetíveis de prender as populações nos campos. O seu manifesto econômico recordava que "os velhos utensílios tradicionais a charrua e a doação, forjaram a nossa sabedoria e a nossa felicidade. No dia em que o homem inventar um engenho capaz de fornecer leite, ghi e excremento, então será altura de substituir as nossas vacas por este aparelho. Entrementes, devemos voltar à nossa simplicidade ancestral".

O seu pesadelo era uma

sociedade industrial dominada pela máquina, uma sociedade que sugaria as populações rurais para as fechar em ignóbeis tugúrios urbanos, roubando-lhes o seu ambiente natural, destruindo os laços familiares e religiosos, e tudo isso com o fim de produzir coisas que os homens não precisam. Não apregoava a pobreza; sabia que ela acarreta fatalmente a degradação moral e a violência. Mas a superabundância conduzia, na sua opinião, aos mesmos resultados.

Gandhi desejava que o homem encontrasse um equilíbrio entre a miséria aviltante e os excessos de um consumo desregrado. Para atingir esse objetivo, era preciso regenerar a célula. A desigualdade econômica e social provoca sempre conflitos, e ele sonhava também com uma sociedade sem classes. Todas as profissões lhe dariam o mesmo contributo. Todos os cidadãos, quem quer que fossem, deviam realizar todos os dias um trabalho manual: a Índia das aldeias ganharia assim os seus meios de subsistência, a das cidades, a sua redenção diária.

Extraído de: "Esta noite a liberdade", escrito por Lapierre, D. & Collins, L. páginas 252, 253.



Quero um mundo sem violência

Educar para paz



Um mundo sem violência é um mundo cheio de paz, cheio de amor, ternura e carinho.

Há muitos tipos de violência como: estupro, moral, cívica, política, familiar, etc. A violência moral é quando uma pessoa faz fofoca para outra, aquilo que a outra pessoa não é, isso é uma violência. Há também a violência política em que as pessoas compram as outras para testemunharem contra outras. Há a violência familiar, é quando uma família briga, quando está em crise, etc.

Eu acho que o mundo poderia ser calmo, sem guerras, sem brigas, sem conflitos, sem desamor. No mundo, no mundo todo deveria existir uma não-violência. Nosso mundo poderia ser um mundo cheio de paz e não-violência. Eu gostaria de que o nosso mundo fosse muito, muito mais feliz mesmo. Essas coisas de 'trésio', essas guerras, esse desamor é uma injustiça com a humanidade é uma injustiça com os animais, com as plantas, com a Terra.

Rosane Goulart, 6ª série

Vivemos num mundo triste onde há muita violência, de todos os tipos. Um irmão odeia o outro, matam o corpo e machucam o espírito do outro. Mas nós devemos pensar num mundo novo, onde reine a justiça e a paz.

Sabendo amar o outro, ajudá-lo e fazendo justiça, seremos todos não-violentos e conseguiremos convencer os outros a também serem bons e, assim, conseguiremos um mundo melhor.

Pensemos agora num mundo sem violência: não haveria assassinatos, estupro, roubo e outras injustiças. Seríamos respeitados e respeitá-amos uns aos outros, tanto no corpo como na mente. Esse mundo nosso seria um paraíso. Pena que os homens desse mundo estejam tomados pelo egoísmo, pelo ódio, pela ganância de quererem o melhor para si e o pior para os outros. Já quase não são mais amigos dos outros. Devemos lutar para que consigamos mudar esse mundo, transformá-lo numa verdadeira moradia de gente honesta e civilizada. Devemos nos tornar amigos das pessoas más e apoiá-las para que façam o bem. Queremos um mundo sem violência!

Luciano de Oliveira, 6ª série

Para termos um mundo sem violência, devemos conquistar a paz em nossa sociedade, e conquistando a paz temos justiça para o mundo ficar sem violência.

Temos que educar para uma não-violência, devemos ter em nosso mundo paz, sem guerras e também sem pessoas más, que matam outros sem pensar o que está fazendo. Essas pessoas más, nós não devemos mata-las, mas sim conversar com elas, para que não façam mais violência, porque violência gera violência.

Para conquistar a paz, não devemos fazer o mesmo que aquela pessoa, só porque ela jogou uma pedra na minha cabeça não quer dizer que vou jogar uma pedra na cabeça dela. Eu vou conversar com ela, perguntar porque ela jogou a pedra e tentar convencê-la a não fazer violência, tentar convencê-la a fazer a paz e justiça em nosso mundo e em nossa sociedade.

Eu gostaria de que o mundo fosse cheio de alegria e paz, que todos tivessem um mundo florido e que todos lutassem para a paz.

Alessandra A. Rodrigues, 6ª série

Rosane, Luciano e Alessandra são alunos da 6ª série, turma 604, do C. E. Prof. Tania Mara Faria e Silva Leal's em Biguaçu (Grande Florianópolis) e desenvolveram o tema nas aulas de Educação Religiosa com o prof. Jesus M. Jimenez, SERPAJ — Brasil, núcleo de Florianópolis.



Câmara Municipal de São José dos Campos

REQUERIMENTO Nº 689

Parabeniza o jornal "Vale Paraibano" pela oportuna reportagem "A Guerra Morro do Lado", edição do último dia 17 de abril, e encaminha cópia da matéria às organizações que es-

Senhor Presidente:

Em abril do ano passado, esta Câmara aprovou por unanimidade o Requerimento nº 499, oriundo de proposição nossa, solidarizando-se com denúncia veiculada pelo jornal "Vale Paraibano", apresentando a justa preocupação dos lavradores de Cacapava com o tráfego de carros de combate ou similares nas estradas vicinais do Município. Naquela ocasião, a matéria focalizara mais especificamente os testes das máquinas de guerra produzidas pela ENGESA, como o Cascavel, o Urutu, o Osório...

Sem dúvida nenhuma, a instalação dessa indústria bélica em nosso território tirou a tranquilidade dos moradores das imediações da empresa que, costumeiramente, eram surpreendidos nas estreitas estradas com as grandes máquinas destinadas a equipar as guerras.

Na ocasião, morador da Estrada da Marambala, conforme relatou o jornal, disse o seguinte: "De repente, a gente tem a impressão de que está morando na zona rural de Reimite ou do antigo Cambaja".

Não estamos aqui discutindo o mérito da fabricação desses tanques de guerra e nem menos negando a importância dos testes para a produção da ENGESA, mas não se poderá aceitar que, em nome



do controle da qualidade de seus carros pesados, uma população inteira passe a viver sobressaltada, sobretudo ainda por que a empresa conta com campo de provas em fazenda de sua propriedade. É o que argumentávamos na ocasião.

Apesar das denúncias e dos clamores argumentos em favor daquela população rural, o problema continuou e agora o "Vale Paraibano", de forma muito oportuna, volta ao assunto, envolvendo também a situação dos moradores que estão perto da AVIBRÁS II, com todos os seus mísseis e explosivos.

A matéria apresenta depoimentos dos moradores das imediações, alguns simplesmente desconhecendo o que se passa na vizinha fábrica, outros apreensivos e outros continuando normalmente a

própria vida do campo. Contudo, a grande interrogação que fica é se realmente a vizinhança está cercada de segurança total em caso de algum acidente.

Para novamente intervir em favor da população sobressaltada, REQUEREMOS, Sr. Presidente, nos termos regimentais, além de parabenizar o jornal pela oportuna reportagem, encaminhar cópia da matéria a todas as Câmaras Municipais do Vale do Paraíba e aos grupos ecológicos da região para que os mesmos opinem sobre o assunto e apontem sugestões para solução do problema.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 1988.

VEREADOR BÉRGA-MO PEDROSA

ASSINATURAS

Quero receber o Boletim do Serviço Nacional Justiça e Não-Violência. Estou fazendo uma assinatura anual de Cr\$ 500,00 (preço válido até dezembro de 1988).

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... CEP.....
Cidade..... Estado.....
País..... N.º cheque ou Vale Postal.....
Assinatura..... Data.....
() Permuto () exemplares
() 01 exemplar

Três assinaturas: ganha uma de presente
Dez assinaturas: ganha uma camiseta do SERPAJ-Brasil